

Apresentação

A revista está ingressando em seu quarto ano. Para todos que dela participam significa mais motivação para avançar nas exposições teóricas, relatos de pesquisa, ensaios polêmicos que envolvam jovens, como sujeitos pesquisados. Mas, os jovens cientistas tem seu lugar de destaque nesta publicação como autores de ensaios, como resenhistas, como mobilizadores de outros jovens em congressos científicos, na área das Ciências Sociais. Desde os números anteriores eles estão presentes e neste volume são latino-americanos, associados a projetos de pesquisa e intervenção cotidiana, como os quais nos correspondemos. Além disso, comparecem docentes de distintas universidades renomadas, como se verá.

Da Argentina chega-nos uma síntese de pesquisa sobre jovens, drogas e delitos de rua. Tema muito comum junto àqueles que estudam juventude e segurança urbana, mas que traz uma tônica humana, que tem estado ausente, em muitos ensaios. As autoras Maria Gabriela e Maria Florencia, da Universidade de Lanús expõem obstáculos ao exercício de práticas profissionais cotidianas e vão além, ao relatarem aspectos dramáticos e subjetivos vividos por adolescentes e jovens envolvidos em delitos de rua, associados a consumo de drogas. No ensaio aparecem referências às *villas misérias*, as nossas conhecidas e correspondentes favelas. Relatam sobre a importância da constituição do Observatório Argentino de Drogas (OAD) que mobiliza especialistas em programas de estudo. O alerta que trazem sobre o tema refere-se ao registro da perda de laços familiares, laços pedagógicos e laços comunitários construtivos.

Um segundo ensaio nos traz o tema do direito da personalidade infantil e adolescente, nada estudado nas disciplinas de Sociologia que debatem cidadania e desafios urbanos, dentre eles a segurança. A autora Lydia Nunes, docente da Faculdade de Direito, da Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto apresenta às novas gerações, de jovens

estudantes, o tema da nova geração de direitos. Agora, os relacionados à fraternidade, à solidariedade e à personalidade, todos voltados ao fortalecimento da integridade de crianças e adolescentes, em especial. Entram em cena pais biológicos e os de fato, as necessárias relações de respeito diante do desenvolvimento da criança e do adolescente, de sua personalidade, de suas capacidades de discernir. Numa linguagem segura e clara trata de questões como o jogo sexual entre adultos e crianças, como ameaça ao desenvolvimento de personalidades íntegras, além das experiências infantis de testemunhos da violência entre adultos familiares. A relação entre pais e filhos está sempre presente em suas reflexões didáticas.

Patrícia Cunha, docente da Universidade Federal de Pelotas apresenta uma discussão sobre participação política juvenil. Entra em seus argumentos os *policy makers*, agentes públicos formuladores de políticas, a sociedade civil e os jovens. Argumenta sobre a importância da presença dos jovens em fóruns comunitários, estudantis e outros, como espaços para tomada de conhecimento das políticas públicas que podem envolvê-los. Esclarece sobre o lugar das políticas públicas para a juventude, situada em territórios urbanos que envolvem situações de pobreza e risco. Também reconhece que os jovens se constituem, nas esferas públicas, em problema cujas respostas caberia ao Estado produzir, de forma coordenada. E a exigência implícita apresentada aos jovens é que eles sejam informados e engajados nas comunidades de origem, ou que elegeram para viverem seu processo de formação política.

Vinícius Wohnrath, pós-graduado da Faculdade de Educação da Unicamp traz, em seguida, um tema presente nas reflexões sobre construção da subjetividade, laços familiares e dimensões afetivas, em especial afeto parental, desde um ponto de vista original. Parte da ideia de que esse afeto parental que impressiona as relações familiares tem dimensão pública, ou senão, pode ter. Para ele ser "indivíduo de carne e osso" permitem a experiência do conhecimento dos processos psíquicos, que estão presentes nos movimentos da sociedade e imprimem significado

sobre a produção normativa dos direitos das crianças e adolescentes. Abraça a perspectiva do método sócio-histórico para a compreensão de biografias políticas de três parlamentares que operaram a produção dos direitos sociais no país, dentre eles.

Silvana Garello, docente da Universidade de Lanús (UNLa) e da Universidade de Buenos Aires nos traz um diagnóstico sobre os institutos de seguridade, também considerados institutos de menores. Esses são especializados para atendimentos de crianças, adolescentes e jovens de distintas idades, desde os 15 anos até os acima de 19 anos. A intervenção, à semelhança do que ocorre no Brasil, parte do paradigma de proteção da infância, se espelhando nele a atenção à adolescentes e jovens. Defende a implantação do Direito Penal Mínimo, como referência de intervenção institucional, a partir do chamado modelo das 4D: descriminalização, diversão ou políticas alternativas de responsabilização do menor infrator fora da esfera jurídica-formal, devido processo legal e desinstitucionalização. A partir dessas referências apresenta uma análise quantitativa dos adolescentes e jovens institucionalizados. Ao final, aponta que a maioria dos delitos registrados é contra a propriedade privada, acompanhado por um número expressivo de "causas não tipificadas", que para a autora é um contra-senso. Pelo que, as instituições vinculadas à Secretaria Nacional da Infância, Adolescência e Família argentina, ainda opera noções de castigo e reclusão, numa época que reclama educação e formação para partilha de responsabilidades.

Leandro Silva de Oliveira, integrante do pós-graduando em Ciências Sociais da UNESP, Araraquara apresenta um resgate histórico da situação econômica e política do Chile, onde ocorreram os levantes estudantis de 2011, para configurar esse fenômeno presente. Esse país foi palco das primeiras experiências de implantação de políticas econômicas, desde a ditadura de Pinochet levando à produção de resistências estudantis às políticas neoliberais de privatização do sistema educacional nesse país.

O último trabalho que editamos é uma exposição do tema da responsabilidade social realizada por Patrícia Manzoli, mestre em Serviço

Social, pela UNESP como preâmbulo de um debate que a revista pretende realizar ao longo de 2012, associado à questão da responsabilidade pública dos jovens na sociedade brasileira. A discussão que iniciaremos será, como todas as outras, fundada em argumentação conceitual. E, por isso, é oportuno o ensaio para o debate sobre responsabilidade social, que poderá significar a superação dessa referência, pelo alinhamento de bases de um maior compromisso dos jovens com sua sociedade.

Alexandre Aparecido da Silva, graduado em Ciências Sociais, nos traz uma resenha dos livros *O Estado da Arte sobre Juventude na pós-graduação brasileira*, organizado e editado pela professora e pesquisadora Marília Pontes Sposito, na ano de 2009. Indica existir nessa obra um balanço interdisciplinar e implicações teóricas e metodológicas para o prosseguimento dos esforços dos pesquisadores dessa temática. A obra reconhece a existência de institutos, não integrados a universidades brasileiras, que tem grande relevância na discussão das distintas situações vividas pelos jovens, grupos de jovens, comunidades de jovens e movimentos juvenis. Também na construção das imagens dos jovens perante a sociedade civil.

Augusto Caccia-Bava – Editor

Mirlene Simões Severo – Editora Assistente